

*Como citar (APA): Moreira, P. de L., Guerra, V. M. & Freires, L. A. (2025). O impacto do ciberativismo na saúde mental de pessoas LGBTQIAPN+. *Psi Unisc*, 9, Artigo e19621. <http://doi.org/10.17058/psounisc.v9i.19621>

Tipo de Artigo: Artigo de pesquisa

O impacto do ciberativismo na saúde mental de pessoas LGBTQIAPN+¹

El impacto del ciberactivismo en la salud mental de las personas LGBTQIAPN+

The impact of cyberactivism on the mental health of LGBTQIAPN+ people

Pollyana de Lucena Moreira

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES/Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3783-0924>

E-mail: pollyana.moreira@ufes.br

Valeschka Martins Guerra

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES/Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7455-125X>

E-mail: valeschka.guerra@ufes.br

Leogildo Alves Freires

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió - AL/Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5149-2648>

E-mail: leogildo.freires@ip.ufal.br

¹ Os autores declaram que esta contribuição é original e inédita. Desse modo, assegura-se que a obra não foi publicada em outro periódico científico.

Resumo

Introdução: O preconceito sexual pode acarretar prejuízos ao bem-estar e à saúde mental de membros de grupos minorizados por sexo e gênero, a exemplo da população LGBTQIAPN+.

Para lidar com tais prejuízos estratégias de coping individuais ou de grupo têm se mostrado efetivas. Ademais, o nível de identificação de pessoas LGBTQIAPN+ com este grupo e a ideologia política também têm impacto no bem-estar deste grupo. **Objetivos:** Esta pesquisa teve como objetivo verificar o efeito de variáveis psicossociais (identidade social, identidade ativista e comprometimento com o ativismo, ideologia política e ciberativismo) na saúde mental (depressão, ansiedade e estresse) a partir de diferenças no engajamento em ações ciberativistas.

Método: Compuseram a amostra final da pesquisa 249 pessoas da população LGBTQIAPN+ com idade média de 24,8 anos. Estes responderam a instrumentos referentes às variáveis de análise de forma on-line. **Resultados:**

Os participantes foram divididos a partir do nível de engajamento em ações ciberativistas, com o grupo com alto engajamento ($n = 114$) apresentando maiores índices de identificação endogrupal, identidade ativista, ideologia política igualitária; e o grupo com baixo engajamento ($n = 135$) apresentando maior índice de ideologia política conservadora. Apenas para o último grupo houve um efeito significativo do baixo engajamento em ações ciberativistas na saúde mental. **Conclusão:** Os resultados reforçam a relação entre identidade social e ação política, apresentam o ciberativismo como estratégia de coping e seu impacto na promoção do bem-estar. Além disso, a pesquisa aproxima a psicologia social e a psicologia política dos estudo sobre saúde mental.

Palavras-chave: ativismo político; identidade social; saúde mental; bem-estar psicológico; minorias sexuais e de gênero

Resumén

Introducción: Los prejuicios sexuales pueden dañar el bienestar y la salud mental de miembros de grupos minorizados por sexo y género, como la población LGBTQIAPN+. Para afrontar dichas pérdidas, las estrategias de afrontamiento individuales o grupales han demostrado ser eficaces. Además, el nivel de identificación de las personas LGBTQIAPN+ con este grupo y la ideología política también tienen un impacto en el bienestar de este grupo. **Objetivos:**

Esta investigación tuvo como objetivo verificar el efecto de variables psicosociales (identidad social, identidad activista y compromiso con el activismo, ideología política y ciberactivismo) sobre la salud mental (depresión, ansiedad y estrés) a partir de diferencias en la participación en acciones ciberactivistas. **Método:** La muestra final de la investigación estuvo compuesta por 249 personas de la población LGBTQIAPN+ con una edad promedio de 24,8 años. Estos respondieron a instrumentos referentes a las variables de análisis en línea. **Resultados:**

Los participantes se dividieron según su nivel de participación en acciones ciberactivistas, y el grupo con alta participación ($n = 114$) mostró niveles más altos de identificación endogrupal, identidad activista e ideología política igualitaria; y el grupo con baja participación ($n = 135$) presenta un mayor índice de ideología política conservadora. Sólo en el último grupo hubo un efecto significativo de la baja participación en acciones ciberactivistas sobre la salud mental.

Conclusión: Los resultados refuerzan la relación entre identidad social y acción política, presentando el ciberactivismo como una estrategia de afrontamiento y su impacto en la promoción del bienestar. Además, la investigación acerca la psicología social y la psicología política al estudio de la salud mental.

Palabras-clave: activismo político; identificación social; salud mental; bienestar psicológico; minorías sexuales y de género

Abstract

Introduction: Sexual prejudice can harm the well-being and mental health of members of groups that are minoritized by sex and gender, such as the LGBTQIAPN+ population. Individual or group coping strategies have proven effective in dealing with such harm. Furthermore, the level of identification of LGBTQIAPN+ people with this group and their political ideology also have an impact on the well-being of this group. **Objectives:** This research aimed to verify the effect of psychosocial variables (social identity, activist identity and commitment to activism, political ideology and cyberactivism) on mental health (depression, anxiety and stress) based on differences in engagement in cyberactivist actions. **Method:** The final sample of the research was made up of 249 people from the LGBTQIAPN+ population with an average age of 24.8 years. They responded to instruments related to the analysis variables online. **Results:** Participants were divided according to their level of engagement in cyberactivism, with the group with high engagement ($n = 114$) presenting higher levels of ingroup identification, activist identity, and egalitarian political ideology; and the group with low engagement ($n = 135$) presenting higher levels of conservative political ideology. Only for the latter group was there a significant effect of low engagement in cyberactivism on mental health. **Conclusion:** The results reinforce the relationship between social identity and political action, presenting cyberactivism as a coping strategy and its impact on promoting well-being. In addition, the research brings social psychology and political psychology closer to studies on mental health.

Keywords: political activism; social identification; mental health; psychological well-being; sexual and gender minorities

Introdução

Casos de discriminação e violência contra membros da população LGBTQIAPN+² têm sido constantes no Brasil e os casos registrados oficialmente têm aumentado nos últimos anos (Cerqueira et al., 2021). As discriminações e violências sofridas por essa população representam situações de preconceito sexual (Freires et al., 2019). O preconceito pode ser compreendido a partir da definição apresentada por Allport (1971), como um fenômeno que é expresso por meio de uma atitude hostil direcionada a indivíduos que pertencem a grupos sociais específicos, pelo simples fato destes serem percebidos como parte do grupo em questão. Desse modo, por consistir numa atitude negativa, o preconceito implica exclusão social e reforça estereótipos que favorecem situações de violência e adoecimento mental, causando prejuízos ao bem-estar de quem é vítima desse fenômeno (Souza, et al., 2019).

O preconceito sexual, especificamente, envolve uma atitude hostil e negativa direcionada a um indivíduo pelo fato de sua orientação sexual não estar em conformidade com o padrão normativo de uma sociedade ou cultura (Freires et al., 2019). Essa forma de preconceito se expressa por meio de manifestações de ódio ou de rejeição às pessoas que compõem este grupo (Tagliamento et al., 2020), abarcando as pressões sofridas para o enquadramento na heteronormatividade (De Tilio & Silveira, 2021) e podendo ocorrer em diferentes espaços como o ambiente familiar, escolar, de trabalho e nas relações amorosas (Tagliamento et al., 2020).

Em suas diferentes formas o preconceito pode ser compreendido também como a expressão de um conflito social. O conflito social foi caracterizado por Tajfel (2001) como um conflito entre as perspectivas de diferentes grupos (*endogrupo vs. exogrupo*) sobre o modo como a sociedade deve ser organizada e como diferentes grupos devem ser tratados. Assim, falar em conflitos sociais, é falar em conflitos intergrupais considerando os valores e ações que objetivam manter um controle social ou provocar uma mudança social num mesmo contexto. Os conflitos sociais podem levar à percepção de uma ameaça à identidade social por meio de questionamentos, expressos pelos exogrupos, sobre os valores associados a uma identidade em questão, especialmente quando essa identidade envolve raça, etnia ou gênero (Tajfel, 2001).

Uma das causas da percepção de ameaça que um grupo minorizado desperta é a avaliação de uma violação de valores centrais para os grupos majoritários. Por exemplo, pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ são percebidas como violadoras de valores relacionados aos papéis tradicionais de gênero, que dentro da binariedade indicam como homens e mulheres devem agir na sociedade; e de valores relacionados às normas religiosas, como manter relações sexuais com pessoas do mesmo gênero, violar as normas consideradas sagradas com relação ao casamento e a constituição de famílias.

Essa percepção de ameaça afeta o modo como grupos minorizados são tratados, culminando em violências e discriminações que possuem consequências em nível individual e social. Algumas das consequências do preconceito sexual indicadas na literatura envolvem dimensões da saúde mental e bem-estar, destacando-se o uso abusivo de álcool e outras drogas e o suicídio (King et al., 2008; Tagliamento et al. 2020); o desencadeamento de transtorno de ansiedade generalizada, transtorno de pânico, fobia social (Cohen et al., 2016), depressão e expectativas negativas com relação ao futuro (Tagliamento et al., 2020).

Outra consequência do preconceito sexual é o estresse de minoria (Frost et al., 2022; Frost & Meyer, 2023; Meyer, 1995; Meyer, 2003). Inicialmente elaborado a partir de estudo com homens gays (Meyer, 1995) e mulheres lésbicas (Meyer, 2013), atualmente o conceito se aplica a pessoas não binárias e pessoas trans e/ou transgênero (Costa et al., 2023), e se refere

² Sigla que abrange pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais, Agêneros, Pansexuais e Não Binárias, entre outras.

ao estresse sofrido por indivíduos que fazem parte de categorias sociais estigmatizadas, cujos estressores são provenientes de situações de preconceito e discriminação (Frost & Meyer, 2023; Meyer, 2003).

Essa forma de estresse pode ser ativada durante interações interpessoais marcadas pela desvalorização da pessoa devido à sua pertença a uma minoria sexual ou de gênero; por microagressões, que podem ocorrer na forma de assédio, desrespeito e rejeição; e pelos estigmas sociais percebidos por membros de minorias sexuais e de gênero ao avaliarem as possibilidades de relação e interação em diferentes contextos sociais (Frost et al., 2022). Além disso, o estresse de minoria favorece o aumento da homofobia internalizada, da percepção de estigma social, a diminuição do senso de afiliação à comunidade LGBTQIAPN+, com a consequente redução da importância da identidade social (Meyer, 1995); e a diminuição do nível de bem-estar social, de modo que quanto maiores os níveis percebidos de estressores (discriminação e estigma percebido) menores são os níveis de bem-estar social (Frost et al., 2022).

Para lidar com o estresse de minoria, estratégias de coping podem ser elaboradas em nível individual e grupal (Meyer, 1995). Especificamente em nível grupal tem-se o coping de minoria, que consiste em estratégias de promoção de suporte social, afirmação e validação dos valores do endogrupo e na reavaliação e desvalorização dos valores e estigmas que inferiorizam esse grupo alvo de preconceito (Frost & Meyer, 2023; Meyer, 1995). Meyer (2003), ao realizar um levantamento na literatura sobre as consequências do estresse de minoria, e sobre os elementos envolvidos nas estratégias de coping de minoria, verificou que a identidade social possui um efeito positivo no bem-estar social; ou seja, a afiliação das pessoas a um grupo e o desenvolvimento de um senso de comunidade permite a construção de uma avaliação mais positiva de si e do grupo. A importância do sentimento de conexão com a comunidade e com outros indivíduos que fazem parte de minorias sexuais e de gênero foi apresentada em outros estudos como uma fonte de coping de minoria que pode levar à redução dos sintomas de estresse, ocasionando alterações no nível de bem-estar social e melhorias nos índices de saúde mental (Frost et al., 2022; Frost & Meyer, 2023).

O sentimento de conexão ou de pertença a um grupo ou a categorias sociais é condição essencial para a formação de uma identidade social (Tajfel, 1982), que consiste numa “parcela do autoconceito de um indivíduo que deriva do seu conhecimento de pertença a um grupo social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (Tajfel, 1982, p. 290). A literatura em psicologia social tem indicado a importância da identidade social para a organização grupal de diferentes formas, sobretudo na mobilização de ações políticas voltadas para a defesa do grupo. Uma das formas de ação política de destaque, quando se considera o papel da identidade social, é o ativismo.

O ativismo pode ser compreendido como qualquer forma de ação, seja ela realizada de modo individual ou coletivo, que visa a defesa de valores sociais relevantes para o indivíduo ou grupo (Moreira et al., 2018). O ativismo, expresso na organização de movimentos sociais, a exemplo de ações do Movimento LGBTQIAPN+, tem sido fundamental para a luta contra o preconceito sexual. Ademais, os movimentos sociais estão sendo percebidos como um espaço no qual os participantes têm a oportunidade de criar uma rede de apoio em contrapartida à existência de ambientes de convivência que, ao invés de serem de cuidado, podem ser de violência, como o ambiente familiar (De Tilio & Silveira, 2021). Diante das pautas que envolvem a percepção de necessidade de mudanças sociais, o ativismo LGBTQIAPN+ encontra-se associado à uma ideologia política que defende que mudanças nas estruturas sociais que favorecem e mantêm uma inferiorização deste grupo sejam alteradas de modo a promover relações mais igualitárias com grupos que atendem a heteronormatividade e não são minorizados por sexo e gênero. Assim, quando se fala de ideologia política o contínuo esquerda-direita é comumente usado para expressar os conflitos entre a defesa vs. a resistência

a mudanças na sociedade e sobre a aceitação *vs.* a rejeição de desigualdades (Jost, 2021), que orientam atitudes e ações políticas, que podem ocorrer na forma de ativismo (Moreira et al., 2018).

Tradicionalmente observado na forma de manifestações e protestos nas ruas, o ativismo tem se atualizado nas últimas décadas com a difusão do acesso e uso da internet, o que possibilitou o surgimento do que tem sido chamado de ciberativismo (Vegh, 2003; Penteado et al., 2011; Barreira & Maia, 2020; Barreira & Maia, 2022). Pode-se dizer, portanto que o ciberativismo consiste em ações realizadas por meio da internet que têm o objetivo de defender uma causa social específica (Prados, 2012), sendo esta forma de ação política um produto das novas dinâmicas das relações sociais on-line (Illia, 2003; Vegh, 2003; Nunes, 2019; Queiroz, 2017). Ademais, o ciberativismo tem sido avaliado como uma forma de ação política tão eficaz quanto as ações ativistas que ocorrem exclusivamente de forma presencial (Greijdanus et al., 2020).

Especificamente no que diz respeito à população LGBTQIAPN+, o ativismo ou ciberativismo podem ser pensados como estratégias de integração e fortalecimento das identidades individuais e como uma forma de proteção deste grupo, visto que a formação de uma identidade LGBTQIAPN+ tem sido verificada como potencializada pelo engajamento em ações ciberativistas (Barreira & Maia, 2022). Estudos revisados por Szymanski et al. (2023) têm apresentado o engajamento em ações ativistas por membros da comunidade LGBTQIAPN+ como sendo motivado pela necessidade de conquistar direitos que promovam um melhor contexto para minorias sexuais na sociedade; pela necessidade de lidar com traumas derivados de situações de preconceito; e pela necessidade de transformação da falta de poder social, e em uma forma de resistência às opressões heterossexistas.

Desse modo, consideramos que o engajamento em ações ativistas, ou ciberativistas, representa uma forma de encontrar apoio para situações de sofrimento e para enfrentar as diferentes formas vulnerabilidade e de violência sofridas por grupos minorizados, podendo ser pensadas também como uma forma de coping de minoria. Destaca-se para esse engajamento a necessidade de uma identidade social (Tajfel & Turner, 2001), visto que é por meio da consolidação de uma identidade social que o indivíduo comprehende como as relações intergrupais podem afetar tanto a ele, como a seu grupo. Assim, a partir do entendimento da relação entre ativismo político e saúde mental, o presente estudo tem como objetivo geral verificar o efeito de variáveis psicossociais (identidade social, identidade ativista e comprometimento com o ativismo, ideologia política e ciberativismo) na saúde mental de pessoas de grupos minorizados por sexo e gênero, a partir de diferenças no engajamento em ações ciberativistas. Os termos “grupos minorizados” (Carmo, 2016; Freires et al., 2022) ou “grupos minoritários” (Tajfel, 1982) são termos que caracterizam grupos que são socialmente inferiorizados devido ao pouco poder social que possuem, e que cuja situação social é derivada da dificuldade de acesso a recursos simbólicos e materiais para mudar sua condição social.

2. Metodologia

2. 1 Participantes

Participaram desta pesquisa um total de 263 pessoas com idades variando de 17 a 64 anos. Deste total, 12 indicaram ser heterossexuais e duas pessoas indicaram ter menos de 18 anos e, por não atenderem aos critérios de inclusão, estas 14 pessoas foram excluídas da amostra. Após esse procedimento, a amostra final passou a contar com 249 pessoas. As idades dos participantes variaram de 18 a 64 anos ($M = 24,85$; $DP = 6,58$) e a maioria deles declarou ser residente do sudeste brasileiro (Espírito Santo – 71,5%; São Paulo – 6%; Rio de Janeiro – 3,2%; Minas Gerais – 2,8%).

Do total de participantes, a maioria indicou se identificar com o gênero feminino (67,1%), havendo um percentual de pessoas que indicaram se identificar com o gênero

masculino (27,7%) e como não-binários (3,2%). Considerando o percentual de participantes do gênero feminino foram verificadas 112 bissexuais, 41 lésbicas, dez pansexuais e quatro assexuais. Com relação ao percentual de participantes do gênero masculino foram verificados 19 bissexuais, 48 homens gays e dois pansexuais.

Quanto à identificação racial a maioria se identificou como branca (52,6%), havendo também a participação de pessoas negras (pretas e pardas - 45%) e indígenas (1,6%). No que diz respeito à religião, a maioria dos participantes indicou não ter qualquer religião (64,7%), sendo verificada uma pequena porcentagem de cristãos (católicos – 10,4%; espíritas – 6,4%; protestantes 5,6%) e de pessoas com religião de matriz africana (Umbanda – 4,4%; Candomblé – 1,2%). A maioria dos participantes indicou se perceber como sendo da classe média (38,6%) e média-baixa (35,3%). Quanto à ocupação, a maioria indicou ser estudante (61,7%) e empregados no setor privado (13,7%).

2.2 Instrumentos

2.2.1 Escala Multidimensional de Identificação Endogrupal (EMIE)

Este instrumento, que avalia a identificação do indivíduo com um endogrupo, foi elaborado por Leach et al. (2008) e adaptado para o contexto brasileiro por Souza et al., (2019). O conjunto de 14 itens que compõem o instrumento pode ser adaptado para diferentes grupos sociais, e está distribuído em cinco fatores: satisfação (p. ex. Eu acho que as pessoas que defendem minorias sexuais têm muito do que se orgulhar); centralidade (p. ex. Muitas vezes eu paro para pensar no fato de que sou parte de uma minoria sexual); solidariedade (p. ex. Eu me sinto comprometido com as pessoas que fazem parte de minorias sexuais); auto estereotipização (p. ex. Eu tenho muito em comum com um típico membro de minoria sexual); homogeneidade (p. ex. As pessoas que fazem parte de minorias sexuais têm muitas características em comum entre si). Os índices de consistência interna (alfas de Cronbach) dos fatores encontrados por Souza et al. (2019) foram 0,91, 0,79, 0,86, 0,88 e 0,80 respectivamente. Os itens são avaliados considerando a concordância que os participantes indicam ter com eles, que deve ser apresentada numa escala Likert de sete pontos, que varia de 1 = *discordo totalmente* a 7 = *concordo totalmente*.

Uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), realizada com o objetivo de verificar a estrutura fatorial do conjunto de itens para o presente estudo, indicou por meio de uma Análise Paralela (Timmerman, & Lorenzo-Seva, 2011) a validade de uma estrutura unifatorial ($KMO = 00,828$; Bartlett $\chi^2 (91) = 2826,4$; $p < 0,001$) que explicou 54,22% da variância. A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI), que se apresentaram satisfatórios ($CFI = 0,941$; $TLI = 0,930$), conforme Ferrando e Lorenzo-Seva (2018). Confirmou-se a existência de uma estrutura unifatorial por meio dos índices Unico = 0,905; ECV = 0,809; e MIREAL = 0,280 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). A estabilidade da estrutura unifatorial foi avaliada por meio do índice *H* (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018) que apresentou valor adequado ($H = 0,965$) indicando a existência de uma variável latente bem definida. A confiabilidade da escala foi verificada por meio do cálculo da Fidedignidade Composta (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018), cujo valor foi satisfatório (0,965).

2.2.2 Escala de Identidade Ativista e Comprometimento com o Ativismo (EIACA)

Essa escala foi elaborada por Klar e Kasses (2009) e traduzida para o contexto brasileiro por Moreira (2017). A EIACA é composta por oito itens que avaliam a identidade ativista (p. ex. “Ser um ativista é central para a definição que tenho de mim mesmo”) e o comprometimento com o ativismo (p. ex. “Deixo de fazer outras coisas para dedicar meu tempo ao ativismo”) compondo uma única dimensão com ($\alpha = .96$). Os itens deste instrumento devem ser respondidos em uma escala Likert de sete pontos que varia de 1 = *discordo completamente* a 7

= concordo completamente. No presente estudo, por meio de uma AFE verificou-se a existência de uma estrutura unifatorial ($KMO = 0,940$; Bartlett $\chi^2_{(91)} = 2553,6$; $p < 0,001$) que explicou 87,39% da variância. Conforme Ferrando e Lorenzo-Seva (2018), os índices de ajuste (*Comparative Fit Index* – CFI = 0,998 e *Tucker-Lewis Index* TLI = 0,997) e de unifatorialidade (Unico = 0,995; ECV = 0,940; MIREAL = 0,193) se mostraram satisfatórios; a estabilidade da estrutura unifatorial, verificada por meio do índice H , também apresentou um valor satisfatório ($H = 0,975$), indicando a existência de uma variável latente bem definida; e a fidedignidade composta também apresentou valor satisfatório (0,971).

2.2.3 Escala de Ciberativismo Digital

Essa escala foi elaborada por Choi et al., (2017), e é composta por 37 itens. No presente estudo foi utilizada apenas a subescala de Ativismo Político na Internet (API), composta por nove itens (p. ex. “Eu posto regularmente nas redes sociais pensamentos relacionados a questões políticas ou sociais”). Os itens dessa subescala são respondidos em uma escala Likert de sete pontos que variam de 1 = *discordo completamente* a 7 = *concordo completamente*.

Ao submetermos a subescala a uma AFE ($KMO = 0,855$; Bartlett $\chi^2_{(36)} = 1486,7$; $p < 0,001$) verificamos a existência de uma estrutura unifatorial que explicou 61,11% da variância. Conforme Ferrando e Lorenzo-Seva (2018) os índices de ajuste (*Comparative Fit Index* – CFI = 0,957 e *Tucker-Lewis Index* TLI = 0,943) e de indicação de unifatorialidade (Unico = 0,955; ECV = 0,816) se mostraram adequados, com exceção do MIREAL (0,330) que se mostrou marginalmente adequado, tendo em vista que o índice precisaria estar abaixo de 0,300; a estabilidade da estrutura unifatorial, verificada por meio do índice H , também apresentou um valor satisfatório ($H = 0,975$) indicando a existência de uma variável latente bem definida; e a fidedignidade composta também apresentou valor satisfatório (0,910).

2.2.4 Escala de Depressão Ansiedade e Estresse (DASS-21)

Desenvolvida por Lovibond e Lovibond (1995), e adaptada para o contexto brasileiro por Vignola e Tucci (2014), é constituída por 21 itens distribuídos em três dimensões que investigam a intensidade de comportamentos e sensações experimentadas nos últimos sete dias referentes a: depressão (p. ex. “Não consegui vivenciar nenhum sentimento positivo”), estresse (p. ex. “Achei difícil me acalmar”) e ansiedade (p. ex. “Preocupei-me com situações em que eu pudesse entrar em pânico e parecesse ridículo/a”). Os índices de consistência interna (alfas de Cronbach) dos fatores foram 0,92, 0,90 e 0,86, respectivamente. Seus itens são respondidos em escala que varia de 0 = *Não se aplica a mim* a 3 = *se aplica muito a mim*.

Por meio de uma AFE verificou-se a organização dos itens numa estrutura unifatorial ($KMO = 0,928$; Bartlett $\chi^2_{(210)} = 2799,6$; $p < 0,001$) que explicou 61% da variância. Conforme Ferrando e Lorenzo-Seva (2018) os índices de ajuste (*Comparative Fit Index* – CFI = 0,988 e *Tucker-Lewis Index* - TLI = 0,989) e de indicação de unifatorialidade (Unico = 0,988; ECV = 0,896; MIREAL = 0,226) se mostraram adequados; a estabilidade da estrutura unifatorial verificada por meio do índice H , também apresentou um valor satisfatório ($H = 0,969$), indicando a existência de uma variável latente bem definida; e a fidedignidade composta também apresentou valor satisfatório (0,966). Entretanto, tendo em vista o considerável uso da escala na literatura e considerando a relevância de uma análise separada das dimensões desta escala para o presente estudo, decidiu-se calcular a fidedignidade composta para o conjunto de itens que compõem cada fator. Os resultados dessas análises apresentaram índices de fidedignidade composta com valores satisfatórios (Depressão = 0,941; Ansiedade = 0,925; Estresse = 0,923), conforme Ferrando e Lorenzo-Seva (2018).

2.2.5 Ideologia Política

A avaliação da ideologia foi realizada de duas formas. A partir da indicação do autoposicionamento dos participantes numa escala de sete pontos variando de 1 (extrema esquerda) a 7 (extrema direita) e por meio da concordância que os participantes indicaram ter para dois itens que apresentavam pautas culturais progressistas e pautas econômicas liberais. Estes dois itens foram respondidos numa escala Likert de sete pontos que variou de 1 = *discordo totalmente* a 7 = *concordo totalmente*.

2.2.6 Questionário Sociodemográfico

Este instrumento foi elaborado com o objetivo de coletar informações para caracterização da amostra como idade, identidade de gênero, orientação sexual, estado civil, identificação racial, religião, percepção de renda, ocupação e Estado de residência.

2.3 Procedimentos

2.3.1 Procedimentos de coleta e análise de dados

Os dados foram coletados de forma on-line por meio de um link elaborado no Google Forms e divulgado em redes sociais (Twitter, Instagram e Facebook) e em um aplicativo de mensagens instantâneas (Whatsapp), a partir da rede de contato das pesquisadoras. O link dava acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aos instrumentos utilizados na pesquisa. O conjunto de dados foi analisado por meio do IBM SPSS Statistics, por meio do qual foram realizadas análises de estatísticas descritivas (médias e frequências) e inferenciais (correlações e regressões) e por meio do Factor, utilizado para a realização de análises fatoriais.

2.3.2 Procedimentos éticos

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e atendeu às recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, bem como as recomendações para coleta de dados em ambiente virtual indicadas no Ofício Circular nº2 de 2021 do Conselho Nacional de Saúde.

3. Resultados e discussão

3.1 Perfil descritivo e seus correlatos

O levantamento dos escores médios das escalas de identificação endogrupal (EMIE), de identidade ativista (IACA) e de Ciberativismo indicou, para a amostra analisada, uma elevada identificação com a comunidade LGBTQIAPN+ ($M = 4,81$; $DP = 0,98$); uma identificação moderada como ativista e com o comprometimento com o ativismo ($M = 3,65$; $DP = 1,64$) e um engajamento moderado em ações políticas caracterizadas como ciberativismo ($M = 3,61$; $DP = 1,36$). Por meio de um Teste-t para amostras relacionadas, realizado com os escores da escala de ideologia política, verificou-se uma maior média para a Ideologia Política Igualitária ($M = 4,82$; $DP = 0,39$) quando comparada com a média da Ideologia Política Conservadora ($M = 2,15$; $DP = 0,64$; $t_{(248)} = 50.903$; $p < 0,001$). Também por meio de um Teste-t para amostras relacionadas foram verificadas uma maior média, ainda que baixa, para o nível de estresse ($M = 1,98$; $DP = 0,82$) quando comparado com os escores médios de ansiedade ($M = 1,56$; $DP = 0,90$; $t_{(248)} = -10,310$; $p < 0,001$) e depressão ($M = 1,80$; $DP = 0,89$; $t_{(248)} = -4,22$; $p < 0,001$); sendo verificada uma diferença significativa também entre os escores médios de depressão ($M = 1,80$; $DP = 0,89$) e ansiedade ($M = 1,56$; $DP = 0,90$; $t_{(248)} = 5,695$; $p < 0,001$).

3.2 Impacto do ciberativismo

Com o objetivo de verificar se o nível de engajamento em ações ciberativistas possui algum impacto nos níveis de saúde mental, avaliados por meio dos índices de depressão, ansiedade e estresse, dividiu-se a amostra a partir do nível de engajamento ciberativista. A

divisão da amostra com base nessa variável foi feita a partir da análise dos quartis, de modo que foram considerados como participantes com alto engajamento em ações ciberativistas aqueles com escore médio igual ou maior que 3,67; e foram considerados como participantes com baixo engajamento em ações ciberativistas aqueles com escores médios igual ou menor que 3,56. A partir desta divisão verificou-se um total de 114 participantes com alto engajamento ciberativista e 135 participantes com baixo engajamento ciberativista. O grupo com alto engajamento foi composto predominantemente por pessoas do gênero feminino (68,4%) – com 55,3% de bissexuais 36% de lésbicas e que se identificam como brancas (50,9%) – com 26,3% de pessoas pretas e 18,4% de pessoas pardas. Já o grupo com baixo engajamento foi composto predominantemente por pessoas do gênero feminino (65,9%) – com 54,1% de bissexuais 38,5% de lésbicas, e que se identificam como brancas (54,1%) – com 17,8% de pretas e 27,4% de pardas.

Uma análise do poder de teste realizado por meio do G-power a posteriori (Faul et al., 2007; Faul et al., 2009) considerando o delineamento do estudo, indicou um adequado poder de teste tanto para a amostra com alto engajamento em ações ciberativistas (0,993) como para a amostra com baixo engajamento em ações ciberativistas (0,997) com $p < 0,05$; indicando que as amostras foram grandes o suficiente para detectar um efeito com tamanho igual ou superior a $f = 0,15$, numa análise de regressão com termos de interação. Por meio de um Teste-t para amostras independentes verificou-se uma diferença significativa entre os dois grupos com o grupo (Alto engajamento: $M = 4,84$; $DP = 0,77$; Baixo engajamento: $M = 2,56$; $DP = 0,75$; $t_{(247)} = 23,445$; $p < 0,001$; $d = 2,982$)

A partir da divisão da amostra foi realizado um Teste-t para amostras independentes com o objetivo de verificar se os dois grupos apresentavam diferenças nos escores médios das variáveis psicossociais e de saúde mental analisadas no presente estudo. Como pode ser observado na Tabela 1, para o grupo com alto engajamento em ações ciberativistas foram encontradas médias significativamente maiores para as variáveis identificação endogrupal e identidade ativista. Não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos para as variáveis ideologia política igualitária, depressão, ansiedade e estresse.

Tabela 1
Teste de comparação de médias entre os grupos com alto e baixo nível de engajamento em ciberativismo

	Alto Engajamento em Ciberativismo (n = 114)	Baixo Engajamento em Ciberativismo (n = 135)	$t_{(247)}$	p	d
Identificação endogrupal	4,98 (0,92)	4,66 (1,01)	2,554	0,011	0,324
Identidade Ativista	4,78 (1,29)	2,70 (1,27)	12,731	0,001	1,619
Ideologia Política Igualitária	4,87 (0,40)	4,79 (0,39)	1,579	0,116	0,200
Ideologia Política Conservadora	2,05 (0,63)	2,23 (0,64)	-2,294	0,023	0,291
Depressão	1,80 (0,91)	1,80 (0,88)	-0,038	0,970	0,000
Ansiedade	1,65 (0,92)	1,48 (0,88)	1,441	0,151	0,183
Estresse	2,00 (0,82)	1,96 (0,82)	0,368	0,713	0,046

Nota. Tabela elaborada pelos autores (2025).

Considerando o objetivo de verificar se haveria um efeito das variáveis psicossociais (identificação endogrupal; identidade ativista e engajamento em ações ciberativistas; ideologia política – variáveis independentes) nas variáveis de saúde mental (depressão; estresse;

ansiedade – variáveis dependentes), foram realizadas análises de regressão linear múltipla. Para cada uma das três variáveis dependentes (depressão, ansiedade e estresse) as análises de regressão múltipla foram realizadas com o método *forward* (avançar). Esse método de análise de regressão executa a retirada das variáveis independentes que não possuem uma contribuição significativa para o modelo testado, e permite verificar a contribuição de cada variável independente nos modelos.

As análises de regressão realizadas para o grupo com alto engajamento em ações ciberativistas não foram processadas pelo SPSS, com a indicação de que nenhuma das variáveis entrou no modelo. Essa informação indica que não há uma correlação entre as variáveis indicadas como dependentes e como independentes, condição necessária para a realização de análises de regressão. Por meio de análises de correlação de Pearson, realizadas para este grupo, foram verificadas correlações significativas apenas entre as variáveis identificação endogrupal e ideologia política igualitária ($r = 0,246; p = 0,008$); ciberativismo e identificação ativista e comprometimento com o ativismo ($r = 0,457; p < 0,001$); e entre as variáveis depressão, ansiedade e estresse (depressão e ansiedade: $r = 0,779$ e $p < 0,001$; depressão e estresse: $r = 0,695$ e $p < 0,001$; ansiedade e estresse $r = 0,715$ e $p < 0,001$).

A Tabela 2 apresenta os índices de regressão para as análises realizadas para as três variáveis dependentes para o grupo com baixo engajamento em ações ciberativistas. Para todas as análises realizadas, apenas a variável ciberativismo apresentou um efeito significativo para a depressão ($F_{(1,133)} = 14,432; p < 0,001$), ansiedade ($F_{(1,133)} = 15,539; p < 0,001$) e estresse ($F_{(1,133)} = 7,164; p = 0,008$), e as demais variáveis foram excluídas dos modelos. Por meio do teste de Durbin-Watson foram verificados, para as três análises realizadas, valores próximos a 2, indicando a inexistência de correlação entre os resíduos, conforme Field (2009). Além disso, os valores de VIF foram abaixo de 10 e as tolerâncias foram acima de 0,20, o que indica que não há problema de colinearidade nos dados (Field, 2009).

Tabela 2

Análise de Regressão Linear Múltipla – efeito das variáveis psicossociais nas variáveis de saúde mental

Variáveis	B	SE	β	95% IC	R ²	ΔR ²
Depressão (VD)						
Constante	0,858	0,260	-	0,344 - 1,372		
Ciberativismo	0,369	0,097	0,313	0,177 - 0,561	0,098	0,091
Ansiedade (VD)						
Constante	0,503	0,260	-	-0,011 - 1,018		
Ciberativismo	0,383	0,097	0,323	0,191 - 0,575	0,105	0,098
Estresse (VD)						
Constante	1,328	0,247	-	0,839 - 1,818		
Ciberativismo	0,247	0,092	0,226	0,065 - 0,430	0,051	0,098

Nota. Tabela elaborada pelos autores (2025).

A literatura em psicologia social tem apresentado as diferentes situações de preconceito, a exemplo do preconceito sexual, como provenientes de conflitos sociais, que têm como uma das principais características a percepção de que um exogrupo ameaça os valores associados a uma identidade social. Essa percepção de ameaça gera uma necessidade de defesa da identidade que pode se expressar na forma de preconceitos e discriminação. Estes dois processos têm como consequência, para o grupo alvo, o desenvolvimento de uma autoestima negativa devido à desvalorização de sua identidade (Tajfel, 2001), o que consequentemente tem impacto nos níveis de saúde mental e bem-estar (Meyer, 2013). Assim, quando a autoestima associada ao endogrupo é negativa há duas principais possibilidades de ação para mudar essa condição: (1)

o indivíduo pode deixar o grupo, quando é possível, ou buscar alguma forma de se desvincular dele; (2) o indivíduo elabora estratégias para que a identidade social passe a ter uma avaliação positiva. Nesse último cenário, a ação política aparece como uma estratégia para enfrentar o conflito social, visando proteger a identidade social e reafirmar os valores dos grupos minorizados por meio da tentativa de mudança social, ou seja, uma mudança na estruturação hierárquica da sociedade que, na medida em que confere privilégios a alguns grupos, inferioriza outros.

No presente estudo, que teve o objetivo de verificar o efeito de variáveis psicossociais (identidade social, identidade ativista, ideologia política e ciberativismo) na saúde mental de pessoas LGBTQIAPN+, a partir de diferenças no nível de engajamento em ações ciberativistas, foi possível identificar estas duas possibilidades de cursos de ação, conforme mencionado por Tajfel (2001) em situações de desvalorização de uma identidade social, que no caso da população LGBTQIAPN+, é estrutural. Para o grupo de pessoas com elevado nível de engajamento em ações ciberativistas, a identificação ativista apresentou correlação significativa com o ciberativismo, o que pode ressaltar a intenção de mudança social, como apresentada por Tajfel, enquanto uma forma de reforçar os valores do endogrupo numa situação de conflito social e de manter uma avaliação positiva da identidade.

Além disso, o fato de não terem sido encontradas correlações significativas entre as variáveis psicossociais (identificação endogrupal, identidade ativista e comprometimento com o ativismo, ciberativismo e ideologia política) e as variáveis de saúde mental (depressão, ansiedade e estresse) pode sugerir que o engajamento em ações ciberativistas pode ter tido um impacto na manutenção de uma identidade social positiva e nos níveis não significativos de depressão, ansiedade e estresse para o grupo pessoas com elevado nível de engajamento em ações ciberativistas. Considerando a teoria do Estresse de Minorias (Meyer, 2013), o ciberativismo pode estar protegendo a saúde mental deste grupo ao funcionar como uma estratégia de coping de minoria para lidar com eventos estressores relacionados com a estigmatização e a discriminação, que poderiam levar a prejuízos na saúde mental.

Por outro lado, para o grupo de pessoas com baixo engajamento em ações ciberativistas, foi verificada uma menor identificação endogrupal e uma menor identidade ativista e comprometimento com o ativismo, quando comparado com o grupo com alto engajamento em ações ciberativistas. Além disso, verificou-se um efeito do baixo engajamento no ciberativismo nos índices de depressão, ansiedade e estresse. Para este resultado é possível levantar algumas hipóteses. Conforme apresentado pela teoria do Estresse de Minorias (Meyer, 1995; 2013), a pertença a um grupo minorizado, e as vivências de discriminação e estigmatização associadas a esta vinculação, levam a prejuízos na saúde mental (Cohen et al., 2016; King et al., 2008; Tagliamento et al. 2020). Ademais, o estresse oriundo do estigma e da discriminação pode levar ao isolamento social (do endogrupo minorizado), funcionando como uma estratégia para evitar rejeições futuras (Hatzenbuehler, 2009). Esse isolamento social ou distanciamento do grupo, e o consequentemente não engajamento em ações ativistas ou ciberativistas pode estar relacionado com os sintomas de depressão, ansiedade e estresse verificados para este grupo no presente estudo.

Essa suposição sobre o isolamento do endogrupo e a saúde mental se mostra coerente tendo em vista que a identidade social, a partir da categoria de minoria sexual, possui um efeito positivo no bem-estar e saúde mental da população LGBTQIAPN+ (Pavelchuk & Borsa, 2020), sendo relevante como uma estratégia de coping de minoria (Meyer, 2013) devido ao apoio social oferecido pelo grupo diante da vivência de situações de preconceito e discriminação. Ainda sobre o apoio do endogrupo, Frost e Meyer (2009) reforçam que o senso de conexão com o grupo pode servir como um lembrete de que o indivíduo não está sozinho e que possui um apoio social para lidar com situações de estresse provenientes da vivência de preconceitos e discriminações. Assim, no caso do presente estudo, ainda que as análises de

regressão não tenham indicado um efeito da baixa identificação endogrupal nos sintomas de depressão, ansiedade e estresse, é plausível pensar que pode haver uma associação, ainda que baixa para o grupo pessoas com baixo nível de engajamento em ações ciberativistas, entre estas variáveis.

Uma das possibilidades para essa suposição de afastamento ou desvinculação do endogrupo e seu efeito na saúde mental é a de que esta relação pode ocorrer considerando o modo como pessoas de grupos minorizados por sexo e gênero são social e politicamente percebidas. Grande parte dessa população, bem como os movimentos em defesa de seus direitos, são comumente percebidos como radicais, esquerdistas, vitimistas e inimigos da família (Cruz, 2022) e, a visibilidade do engajamento no ativismo pode levar ao enfrentamento de novas formas de estigmatização e discriminação, envolvendo assim o receio de retaliações (Dergić et al., 2022). Portanto, a invisibilidade ou não expressão da identidade enquanto minoria sexual, pode funcionar como uma estratégia para a redução do risco de diferentes formas de violência. Entretanto Dergić et al. (2022) ressaltam que a visibilidade LGBTQIAPN+, enquanto um movimento social e político, não está necessariamente ligada a diminuição da discriminação ou da violência contra este grupo, podendo inclusive contribuir para o aumento destas situações. E, para uma pessoa desejar e valorizar ser percebida como ativista LGBTQIAPN+ é necessário perceber as consequências positivas do ativismo (ter atitudes positivas sobre o ativismo), o que nem sempre ocorre de forma imediata.

Outra hipótese para o efeito do baixo engajamento ciberativista nos índices de depressão, ansiedade e estresse pode estar relacionada com a homofobia internalizada ou estigma internalizado. Apesar da discussão sobre esse fenômeno estar além do escopo da presente pesquisa, considerações sobre esse tema podem contribuir para a compreensão dos resultados encontrados. O estigma internalizado, que é comumente experenciado no processo de desenvolvimento da identidade LGBTQIAPN+ (Frost & Meyer, 2009), consiste na expressão do preconceito direcionado aos diferentes grupos minorizados por sexo ou gênero, incluindo preconceitos relacionados com os desejos do próprio indivíduo com relação à sua sexualidade, numa tentativa de não sofrer com estigmas sexuais (Herek et al., 2015). Assim, o estigma internalizado envolve a rejeição da própria sexualidade expressa no conflito entre ser LGBTQIAPN+ e o desejo de não ser (Pavelchuk & Borsa, 2020). Estudos têm indicado que este fenômeno pode motivar o indivíduo a esconder sua identidade enquanto membro de um grupo minorizado por sexo ou gênero (Meyer, 1995), o que pode levar a uma diminuição do senso de comunidade, e a um impacto negativo na autoestima, levando, consequentemente, ao desenvolvimento de sintomas de depressão, ansiedade e estresse (Frost & Meyer, 2009; Herek et al., 2015). Coherentemente há estudos, a exemplo do realizado por Montagno e Garrett-Walker (2022), que indicam que o estigma internalizado (ou homofobia internalizada) é um preditor da baixa participação ativista, e que quanto maior a conexão com o grupo minorizado, menor é a homofobia internalizada.

Ainda sobre o estigma internalizado, Hereck et al. (2015) reforçam que níveis mais elevados desta variável são mais presentes em pessoas que são afiliadas a instituições religiosas e que defendem ideologias políticas conservadoras. O grupo com baixo engajamento em ações ciberativistas apresentou uma baixa vinculação religiosa, sendo mais presente a indicação de haver uma espiritualidade independente da religião, e uma maior média para ideologia política igualitária, não havendo diferenças significativa com a média verificada para o grupo com alto engajamento em ações ciberativistas, quanto a esta variável. No entanto, a média para ideologia política conservadora foi maior para o grupo com baixo engajamento ciberativista, o que pode ser um indício de que o nível de conservadorismo, ainda que baixo, leve a algum nível de estigma internalizado.

Assim, a partir das hipóteses mencionadas, indicamos como algumas limitações do estudo a ausência de uma avaliação do estigma internalizado e das percepções e experiências individuais de preconceito sexual. A análise destas duas variáveis poderia complementar os resultados encontrados considerando a relação do índice de estigma internalizado com os índices de depressão, ansiedade e estresse para os dois grupos; e a análise das experiências individuais de preconceito sexual poderia ser investigada como um fator motivador para o engajamento em ações ciberativistas. Ressaltamos a necessidade de que em estudos futuros sejam realizadas análises que abarquem a relação entre estigma internalizado e identificação endogrupal, níveis de saúde mental e engajamento em ações ciberativistas; e das experiências individuais de preconceito sexual com o engajamento em ações ciberativistas. Acreditamos que estas análises podem favorecer uma compreensão mais ampla sobre o tema. Ainda como uma limitação do estudo ressaltamos a falta de informações sobre o nível de homofobia percebida e sobre as redes de apoio dos participantes diante do enfrentamento de situações de preconceito sexual. Tendo em vista a já mencionada suposição de estratégia de invisibilidade, a partir da não participação no ciberativismo e da não identificação com o grupo LGBTQIAP+, consideramos relevante a investigação, em estudos futuros, sobre o apoio social dos participantes e se a percepção de vivência de experiências de discriminação homofóbica afeta a identificação com o grupo e o engajamento em ações ativistas ou ciberativistas.

A partir dos resultados apresentados e considerando as hipóteses levantadas, destaca-se que o fato de membros de grupos minorizados por sexo ou gênero apresentarem baixo engajamento em ações ciberativista não é de todo estranho, e esse resultado pode estar relacionado também com a compreensão teórica que essas pessoas podem ter sobre o ativismo. Portanto, é possível que as pessoas que apresentaram um baixo engajamento em ações ciberativistas entendam o ativismo, ou o ciberativismo, apenas como formas coletivas de ação política, não classificando ações individuais que visam defender valores e contestar situações de preconceito e discriminação, como ações políticas que ocorrem de forma individual e no âmbito das relações privadas. Assim, aponta-se como mais uma limitação a ausência de análises sobre o que as pessoas que participaram da pesquisa entendem por ativismo e ciberativismo e se estas consideram ações que ocorrer no âmbito privado, e sem divulgação pública, como formas de ação política.

Ressalta-se ainda que a amostra contou com uma porção considerável de pessoas do gênero feminino, brancas e que se entendem como bissexuais, variáveis que podem ajudar a compreender o porquê de haver pessoas com baixa identificação com o grupo LGBTQIAPN+. Apesar da predominância de pessoas brancas no grupo com baixo engajamento em ações ciberativista, 45,2% desta subamostra foi composta por pessoas pretas e pardas, e consideramos duas possibilidades de análise dessa intersecção entre gênero e raça. Em primeiro lugar, é possível que a baixa identificação com o grupo LGBTQIAPN+ possa estar relacionada com uma maior identificação destas participantes com a categoria política mulheres, ficando a identidade sexual como uma categoria identitária secundária. Ademais o fato de não sabermos se a orientação sexual destas pessoas é assumida publicamente nos levar a questionar se essa baixa identificação com o grupo LGBTQIAPN+ e o baixo engajamento em ações em defesa de suas pautas representa uma forma de não expor a orientação sexual publicamente. Em segundo lugar, os baixos níveis de identificação endogrupal e de engajamento em ações ciberativistas pode ser um reflexo de um maior engajamento no movimento feminista ou no movimento negro, tendo em vista o percentual de mulheres pretas e pardas deste grupo. Essa possibilidade de maior implicação com o movimento feminista ou com o movimento negro pode ser uma explicação considerável, tendo em vista que as pessoas com baixo engajamento em ações ciberativistas defendem valores igualitários, estando mais à esquerda do espectro político, o que implica em pessoas politicamente engajadas, em algum nível. Ademais, os níveis significativos de depressão, ansiedade e estresse para este grupo podem estar relacionados a questões de raça

de forma interseccional com questões de gênero, relação que merece ser avaliada em estudos futuros. Portanto, informações sobre estas variáveis e sobre a relação entre elas pode favorecer um aprofundamento no conhecimento sobre o tema e na elaboração de estratégias para programas de intervenção visando uma intensificação do enfrentamento do preconceito sexual e de sua intersecção com questões raciais em diferentes contextos.

4. Considerações Finais

Objetivo geral deste estudo foi verificar o efeito de variáveis psicossociais (identidade social, identidade ativista e comprometimento com o ativismo, ideologia política e ciberativismo) na saúde mental de membros de grupos minorizados por sexo e gênero, a partir de diferenças no engajamento em ações ciberativistas. Como principal resultado destacamos que o engajamento em ações ciberativistas das pessoas que se identificam com o grupo LGBTQIAPN+ pode estar protegendo a saúde mental delas ao funcionar como uma estratégia de coping de minoria para lidar com eventos estressores relacionados com a estigmatização e a discriminação. Apesar das limitações indicadas, que incluem a ausência de análises sobre estigma internalizado, percepção de experiências individuais de preconceito sexual, compreensão sobre ativismo/ciberativismo e sobre as intersecções entre raça e gênero, este estudo avança nas investigações sobre preconceito sexual, ativismo e saúde mental indicando o papel do ativismo na promoção da saúde mental em grupos minorizados como a população LGBTQIAPN+. Ademais, os resultados do presente estudo reforçam a relação entre identidade social e ação política e ajudam a compreender o impacto do ativismo praticado de forma online na promoção do bem-estar e possibilitam a compreensão da ação política enquanto uma estratégia de coping relevante para lidar com o estresse de minoria. Assim, a pesquisa aproxima a psicologia social, a psicologia política e a psicologia positiva dos estudos críticos sobre saúde mental, ao refletir sobre o ciberativismo como uma estratégia adaptativa de coping de grupos minorizados, com o objetivo de contribuir para a promoção de bem-estar.

Referências

- Allport, G. (1971). *La Naturaleza del Prejuicio*. (R. Malfé, Trans.; 4^a Ed.) Editoria Universitária de Buenos Aires.
- Barreira, M. M. & Maia, L. M. (2020). Ciberativismo LGBTQIA+ no Youtube: Pautas, Estratégias e Motivações para Ação. *Revista de Psicologia da IMED*, 12(2), 38-57. <http://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3547>
- Barreira, M. M. L., & Maia, L. M. (2022). Ações Ciberativistas LGBTQIA+ no YouTube: Identidades e Minorias Ativas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242166>
- Carmo, C. M. (2016). Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: Uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 64, 201-223. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p201-223>
- Cerdeira-Santos, E., Azevedo, H. V. P., & de Miranda Ramos, M. (2020). Preconceito e saúde mental: estresse de minoria em jovens universitários. *Revista de Psicologia da IMED*, 12(2), 7-21. <http://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3523>
- Cohen, J. M., Blasey, C., Taylor, C. B., Weiss, B. J. & Newman, M. G. (2016). Anxiety and Related Disorders and Concealment in Sexual Minority Young Adults. *Behavior Therapy*, 47(1), 91-101. <http://doi.org/10.1016/j.beth.2015;09.006>
- Choi, M., Glassman, M., & Cristol, D. (2017). What it means to be a citizen in internet age: development of a reliable and valid digital citizenship scale. *Computers & Education*, 107, 100-112. <http://doi.org/10.1016/j.compedu.2017.01.002>
- Costa, A. B., Vilanova, F., Pereira, N. P., Silva, M. M., Fontanari, A. M. V., Lisboa, C. S. M., Nardi, H. C., & Guimarães, S. S. (2023). Validade e Fidedignidade de um protocolo para avaliar o estresse de minoria em pessoas trans e diversidade de gênero. *Interação em Psicologia*, 27(2), 178-188. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1531202?src=similardocs>
- Cruz, R. (2022). “Sou gay e o movimento LGBTQI+ não me representa”: mapeando a emergência de um ativismo gay à direita no Brasil. *Cahiers des Amériques Latines [Online]*, 98(3), 43-66. <http://doi.org/10.4000/cal.13879>
- Dergić, V., Dähnke, I., Nartova, N., Shilova, A., Matos, R., & Carneiro, A. (2022). When visibility becomes political: visibility and stigmatization of young people. *Journal of Youth Studies*, 26(3), 351-367. <http://doi.org/10.1080/13676261.2021.2022109>
- De Tilio, R., & Gomes Silveira, F. (2021). Integrantes de movimentos LGBT+ e enfrentamento da LGBTfobia. *Revista Sociais e Humanas*, 34(1), 139-154. <https://doi.org/10.5902/2317175834922>
- Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A.-G., & Buchner, A. (2007). G*Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior Research Methods*, 39, 175-191. Recuperado de <https://www.psychologie.hhu.de/arbeitsgruppen/allgemeine-psychologie-und-arbeitspsychologie/gpower>

Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods*, 41, 1149-1160. Recuperado de <https://www.psychologie.hhu.de/arbeitsgruppen/allgemeine-psychologie-und-arbeitspsychologie/gpower>

Field, A. N. D. Y. (2009). SPSS. *Discovering statistics using SPSS* (2^a Ed.). Artmed.

Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2018). Assessing the quality and appropriateness of factor solutions and factor score estimates in exploratory item factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 78(5), 762–80. <http://doi.org/10.1177/0013164417719308>

Freires, L. A., Rezende, A. T., Loureto, G. D. L., Santos, W. S., Mendes, L. A. C. & Gouveia, V. V. (2019). Escala multidimensional de preconceito sexual (EMPS): Propriedades Psicométricas para o Contexto Brasileiro. *Psicologia Ciência e Profissão*, 39, 222- 235. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228490>

Freires, L. A., Guerra, V. M., & Nascimento, A. S. (2022). Desafios e Proposições para a Avaliação Psicológica com Grupos Minorizados:(Des)alinhamentos Sociopolíticos. *Avaliação Psicológica*, 21(4), 383-396. <https://doi.org/10.15689/ap.2022.2104.24166.02>

Frost, D. M., & Meyer, I. H. (2023). Minority Stress Theory: Application, Critique, and Continued Relevance. *Current Opinion in Psychology*, 101579. <http://doi.org/10.1016/j.copsyc.2023.101579>

Forst & Meyer (2009) Frost, D. M., & Meyer, I. H. (2009). Internalized homophobia and relationship quality among lesbians, gay men, and bisexuals. *Journal of Counseling Psychology*, 56(1), 97. <http://doi.org/10.1037/a0012844>

Frost, D. M., Fingerhut, A. W., & Meyer, I. H. (2022). Social change and relationship quality among sexual minority individuals: Does minority stress still matter?. *Journal of Marriage and Family*, 84(3), 920-933. <https://doi.org/10.1111/jomf.12827>

Greijdanus, H., de Matos Fernandes, C. A., Turner-Zwinkels, F., Honari, A., Roos, C. A., Rosenbusch, H., & Postmes, T. (2020). The psychology of online activism and social movements: Relations between online and offline collective action. *Current Opinion in Psychology*, 35, 49-54. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.03.003>

Hatzenbuehler, M. (2009). How Does Sexual Minority Stigma “get Under the Skin”? A Psychological Mediation Framework. *Psychological Bulletin*, 135(5), 707-730. <https://doi.org/10.1037/a0016441>

Herek, G. M., Gillis, J. R., & Cogan, J. C. (2015). Internalized stigma among sexual minority adults: Insights from a social psychological perspective. *Stigma and Health*, 1(S), 18–34. <https://doi.org/10.1037/2376-6972.1.S.18>

Illia, L. (2003). Passage to cyberactivism: How dynamics of activism change. *Journal of Public Affairs: An International Journal*, 3(4), 326-337. <https://doi.org/10.1002/pa.161>

Jost, J. T. (2021). *Left & right: The psychological significance of a political distinction*. Oxford University Press.

- King, M., Semlyen, J., Tai, S. S., Killaspy, H., Osborn, D., Popelyuk, D., & Nazareth, I. (2008). A systematic review of mental disorder, suicide, and deliberate self-harm in lesbian, gay and bisexual people. *BMC Psychiatry*, 8(70). <http://doi.org/10.1186/1471-244X-8-70>
- Klar, M. & Kasser, T. (2009). Some benefits of being an activist: Measuring activism and its role in psychological well-being. *Political Psychology*, 30, 755–777. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2009.00724.x>
- Leach, C. W., van Zomeren, M., Zebel, S., Vliek, M. L. W., Pennekamp, S. F., Doosje, B., Ouwerkerk, J. W., & Spears, R. (2008). Group-level self-definition and self-investment: A hierarchical (multicomponent) model of in-group identification. *Journal of Personality and Social Psychology*, 95(1), 144–165. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.95.1.144>
- Lovibond, P. F. & Lovibond, S. H. (1995). The structure of negative emotional states: Comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. *Behavior Research and Therapy*, 33(3), 335-343. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(94\)00075-U](https://doi.org/10.1016/0005-7967(94)00075-U)
- Meyer, I. H. (1995). Minority Stress and Mental Health in Gay Men. *Journal of Health and Social Behavior*, 36, 38-56. <https://doi.org/10.2307/2137286>
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Population: Conceptual Issues and Research Evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674-697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Meyer, I. H. (2013). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Meyer, I. H. (2015). Resilience in the study of minority stress and health of sexual and gender minorities. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 2(3), 209–213. <https://doi.org/10.1037/sgd0000132>
- Montagno, M. J., & Garrett-Walker, J. J. (2022). LGBTQ+ engagement in activism: An examination of internalized heterosexism and LGBTQ+ community connectedness. *Journal of Homosexuality*, 69(5), 911-924. <https://doi.org/10.1080/00918369.2021.1898802>
- Moreira, P. L., Rique Neto, J., Sabucedo, J. M., & Camino, C. P. D. S. (2018). Moral judgment, political ideology, and collective action. *Scandinavian Journal of Psychology*, 59(6), 610-620. <https://doi.org/10.1111/sjop.12479>
- Moreira, P. L. (2017). O Julgamento Moral e a Construção da Ação Política. [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba/ Universidade de Santiago de Compostela]. Minerva – Repositório Institucional da Universidade de Santiago de Compostela. Recuperado de <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/15844>
- Nunes, R. (2019). Atores e práticas ciberativistas no Brasil: o esboço de uma história. In *Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de (Vol. 15)*.
- Pavelchuk, F. O. & Borsa, J. C. (2020). A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. *Revista da SPAGESP*, 21(2), 41-54. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000200004

- Penteado, C., Santos, M., Araújo, R., & Silva, S. J. (2011). Ação Política da Internet. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16(1), 111-132. <http://doi.org/10.1590/S1413-99362011000100007>
- Prados, J. S. F. (2012). Ciberactivismo: conceptualización, hipótesis y medida. *ARBOR Ciencia, Pensamiento Y Cultura*, 188, 631-639. <https://doi.org/10.3989/arbor.2012.756n4001>
- Queiroz, E. F. C. (2017). Ciberativismo: A nova ferramenta dos movimentos sociais. *Revista Panorama: Revista de Comunicação Social*, 7(1), 2-5. <https://doi.org/10.18224/pan.v7i1.5574>
- Souza, L. E. C. D., Lima, T. J. S. D., Maia, L. M., Fontenele, A. B. G., & Lins, S. L. B. (2019). A hierarchical (multicomponent) model of in-group identification: adaptation of a measure to the Brazilian context. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 32, 1-9. <http://doi.org/10.1186/s41155-019-0131-6>
- Szymanski, D. M., Goates, J. D., & Strauss Swanson, C. (2023). LGBQ activism and positive psychological functioning: The roles of meaning, community connection, and coping. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 10(1), 70. <http://doi.org/10.1037/sgd0000499>
- Souza, L. V., Moscheta, M. D. S., & Scorsolini-Comin, F. (2019). Grupos de Conversaciones Públicas como Recurso contra la Violencia a la Población LGBT. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 29, e2905. <http://doi.org/10.1590/1982-4327e2905>
- Tagliamento, G., Silva, S. S., Silva, D. B., Marques, G. D., Hasson, R., & Santos, G. E. (2020). Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTfobia na saúde mental de pessoas LGBTs. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 6(3), 77-112. <http://doi.org/10.9771/cgd.v6i3.34558>
- Tajfel, H. (1982). Grupos humanos e categorias sociais-Estudios em Psicología Social. Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (2001). Social Stereotypes and Social Groups. In M. A. Hoog & D. Abrams (Eds.), *Intergroup Relations* (pp.132-145). Psychology Press.
- Tajfel, H. & Turner, J. (2001). An Integrative Theory of Intergroup Conflict. In M. A. Hoog & D. Abrams (Eds.), *Intergroup Relations* (pp. 94-109). Psychology Press.
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. *Psychological Methods*, 16(2), 209-220. <http://doi.org/10.1037/a0023353>
- Vegh, S. (2003). Classifying Forms of Online Activism: The Case of Cyberprotests against the World Bank. In M. McCaughey, & M. Ayers (Eds.), *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice* (pp. 71-95). Routledge.
- Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of Affective Disorders*, 155, 104-109. <http://doi.org/10.1016/j.jad.2013.10.031>

Informações complementares

Recebido em: 16/07/2024

Aceito em: 27/11/2025

Publicado em: 23/12/2025

Editoras responsáveis: Dra. Cristiane Davina Redin Freitas, Dra. Leticia Lorenzoni Lasta e Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa.

Autor correspondente: Pollyana de Lucena Moreira

Email: pollyana.moreira@ufes.br

Conflito de interesses: Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Esta pesquisa teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES.

Contribuição dos autores: Pollyana de Lucena Moreira: Conceitualização, Análise dos dados, Pesquisa, Metodologia, Supervisão, Redação do manuscrito original, Redação – revisão e edição. Valeschka Martins Guerra: Conceitualização e Redação - revisão e edição. Leogildo Alves Freires: Conceitualização e Redação - revisão e edição.

Dados dos autores

- *Pollyana de Lucena Moreira*. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – Brasil, em regime de cotutela com a Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha. Tem realizado pesquisas na área de psicologia social e psicologia política sobre processos de exclusão social, ideologia política e pensamento moral.

- *Valeschka Martins Guerra*. Doutora em Psicologia Social pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. Tem realizado pesquisas nas áreas de psicologia social, psicologia positiva e psicometria sobre os temas: bem-estar, sexualidade humana, valores crenças, atitudes e instrumentação psicológica.

- *Leogildo Alves Freires*. Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de avaliação psicológica (com ênfase psicométrica), estatística e análise de dados.

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.